



PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO

PÓS-GRADUAÇÃO EM



DIREITO PÚBLICO

De acordo com dados oficiais da OAB Nacional, o número de advogados devidamente registados no Brasil supera a casa do 1 milhão. Não obstante, há um número crescente de liberação de cursos de Direito, de pessoas que iniciam os estudos e de bacharéis que desembarcam, ano após ano, no mercado de trabalho. Do outro lado uma onda crescente de soluções tecnológicas que criam novas funções, mas que também eliminam todo e qualquer trabalho padronizável e repetitivo. Nesse cenário de intensas mudanças, duas palavras devem ser ponderadas para decidir um bom plano de carreira: especialização e concorrência.

Cada vez mais a qualificação profissional será exigida. O advogado daqui para frente deverá ser especialista no ramo em que atua e múltiplo em conhecimentos transversais. Em outras palavras, para impulsionar a carreira, o profissional deverá adquirir Hard Skills - conhecimentos específicos, não apenas na especialização escolhida para a crreira, mas também em áreas como marketing, empreendedorismo, jurimetria, dentre outras. Somado a isso, ele deverá desenvolver competências Soft Skills em liderança, negociação, planejamento, propósito e resiliência com a capacidade de aprender, desaprender e reaprender novamente: um lifelong learner.

Por fim, para superar a concorrência – seja você um advogado recém-formado, ou mais experiente, será preciso combinar conhecimentos teóricos com novas ideias e a prática. É preciso ser vanguardista e nós estamos preparados para empoderar todos os alunos do curso de pós-graduação, capacitando e formando profissionais diferenciados.

NOSSOS

DIFERENCIAIS















DESCONTOS

30%

Ex-alunos da Graduação da **Faculdade Baiana de Direito**.

10%

Conveniados (veja nossos convênios).

Bacharéis com até 02 (dois) anos de formação.

Jovens advogados (até 05 anos de filiação) adimplentes com a OAB.

50%

Sabemos que muitos advogados desejam fazer diversas especializações. Como política, instituímos que a segunda Pós-graduação na Faculdade Baiana de Direito e Gestão custará metade do preço.

Para obter esse benefício, apresente o seu diploma ou um documento que comprove a sua conclusão da primeira Pós-graduação pela Baiana.

A FACULDADE

BAIANA DE DIREITO

Diferente de outras organizações educacionais, a **Faculdade Baiana de Direito** pertence a um grupo de conhecidos professores da área jurídica, com carreiras profissionais consolidadas, que fazem da educação um projeto de vida.

A percepção de que em tempo de educação em massa é possível construir um projeto diferenciado, que coloque a qualidade como objetivo primordial, fez com que a **Faculdade Baiana de Direito** priorizasse o elevado nível técnico e o rigor pedagógico para colaborar substancialmente com a formação profissional do aluno.

Ao final do curso, você estará apto a seguir com excelência a carreira selecionada em sua especialização.

PÓS-GRADUAÇÃO EM



DIREITO PÚBLICO

A **Pós-graduação em Direito Público da Faculdade Baiana de Direito e Gestão** terá como grande desafio o enfrentamento científico e crítico dos principais e mais recentes temas do Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal e Direito Processual Penal, com o propósito de qualificar e preparar o aluno a desenvolver suas aptidões no cenário jurídico nacional, seja como jurista-acadêmico, seja como operador do Direito.

Atual e inovadora, a Pós-graduação em Direito Público, a partir de diretrizes constitucionais e debatendo a doutrina e a jurisprudência, possibilita aos participantes a reciclagem e a capacitação para atuação em diversas áreas do Direito. Com vistas a atender a atuais e crescentes demandas da vida pública, o curso aborda temas alvissareiros, como: ações constitucionais; proteção ao Meio Ambiente e as principais ações; crimes contra a ordem tributária e contra a ordem econômica; crimes contra a Administração Pública; Intervenção Estatal na propriedade privada e desapropriação; dentre outros.

Completo, o curso fornece, ainda, uma justa preparação para aqueles que desejam prestar concursos públicos, em especial para concursos de Juiz, Promotoria, Procuradoria e Defensoria.





PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO

DURAÇÃO E CARGA HORÁRIA

O curso terá duração de 12 meses de aula + 6 (seis) meses para elaboração do TCC (trabalho de conclusão de curso) e carga horária obrigatória de 376 horas, distribuída em aulas presenciais e atividades online.

Aulas a cada 15 (quinze) dias. Sexta-feira das 18h às 22h15; Sábado das 08h30 às 12h45, e das 14h às 18h15. Havendo necessidade, os encontros terão intervalo inferior a 15 (quinze) dias.

PÚBLICO-ALVO

Esse curso de pós-graduação destina-se aos profissionais das diversas áreas do conhecimento com diploma de Ensino Superior. O foco especial, no entanto, é para advogados, bacharéis em Direito e servidores públicos que possuem o objetivo de expandir seus conhecimentos sobre esse ramo específico da área ou alavancar sua carreira.

METODOLOGIA

Entendemos que ensinar a resolver problemas não consiste, unicamente, em dotar alunos de habilidades teóricas e estratégias eficazes mas, também, criar neles o hábito e a atitude de enfrentar a aprendizagem como um problema para o qual deve ser encontrada uma resposta.

As aulas dos cursos de Pós-Graduação em Direito da Faculdade Baiana de Direito e Gestão trazem discussão de questões atuais e polêmicas, sempre com a análise da doutrina, jurisprudência e os informativos mais relevantes dos Tribunais Superiores. Em cada disciplina, um especialista promove o debate e media a troca de experiências entre os alunos.

Nesse sentido, nos cursos de Pós-graduação em Direito, os professores são orientados a utilizar as Metodologias Ativas, com foco no aluno, além de diversas ferramentas para que o conhecimento seja desenvolvido a partir da resolução de problemas e discussão de casos.

Planejados para duração de 12 (doze) meses de aula, mais 06 (seis) meses para elaboração do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, os cursos são modulares e cada módulo possui conteúdo indepen-



PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO

dente. A grade curricular é composta por 02 (dois) módulos de aulas presenciais; 01 (um) módulo de atividades online, disponibilizadas simultaneamente aos módulos presenciais; e 01 (um) módulo do TCC.

Os módulos presenciais são divididos em disciplinas. Cada uma delas com, no mínimo, 03 (três) encontros/aulas, com um único docente. Nesse cenário, o professor possui, a sua disposição, uma carga horária mínima de 12 (doze) horas, para construir o conhecimento de maneira plural e observando a necessidade de cada estudante.

Além das aulas presenciais, os alunos têm acesso ao conteúdo das disciplinas por meio de recursos, tais como roteiros de aula, bibliografia, textos, jurisprudências e notícias importantes, indicados na plataforma acadêmica, para complementação do processo de ensino-aprendizagem.

As avaliações, ao final de cada disciplina, em consonância com a Resolução CNE/CES N° 01, de 06 de abril de 2018, fazem com que os alunos dos cursos de Pós-graduação em Direito da Faculdade Baiana de Direito estejam sempre bem preparados e atualizados.

Para a conclusão do curso, nas aulas de metodologia, todos os alunos são orientados para definição dos temas do Trabalho de Conclusão de Curso e normas para apresentação dos trabalhos.

COORDENAÇÃO E CORPO DOCENTE

Para conhecer nosso Corpo Docente, CLIQUE AQUI.

CONTEÚDO



PROGRAMÁTICO

MÓDULO I - DIREITO CONSTITUCIONAL

- O Constitucionalismo e a formação do Estado Constitucional. Origem e desenvolvimento do Constitucionalismo.
- Neoconstitucionalismo e a Constitucionalização do Direito. Teoria da Constituição: conceito e sentidos, classificação, objeto, estrutura e elementos da Constituição.
- Teoria da Norma Constitucional: eficácia e aplicabilidade, os princípios e as regras constitucionais
- Hermenêutica e Interpretação constitucional
- Teoria do Poder Constituinte: conceito, natureza, titularidade, exercício e espécies de Poder Constituinte; o Poder Constituinte Reformador, o processo de reforma e os limites ao Poder de Reforma Constitucional; a Mutação Constitucional
- Teoria Geral do Controle de Constitucionalidade. A Constituição e a Defesa da Supremacia Constitucional.
- O Controle de Constitucionalidade: Noções Gerais; Antecedentes Históricos e Modelos de Controle
- O Controle Difuso de Constitucionalidade. Principais questionamentos.
- O Controle Concentrado de Constitucionalidade e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). O Controle Concentrado de Constitucionalidade e a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO).
- O Controle Concentrado de Constitucionalidade e a Ação Declaratória de constitucionalidade (ADC), a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) e a Representação Interventiva
- Ações Constitucionais: O Habeas Data, a Ação Popular, o Mandado de Injunção e a Ação Civil Pública.
- Ações Constitucionais: O Habeas Corpus e o Mandado de Segurança
- Teoria dos Direitos Fundamentais: o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Conceito, evolução, classificação, características, dimensão e eficácia dos Direitos Fundamentais.
- Os Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. Os Direitos individuais e coletivos
- Os Direitos Sociais e a Ordem Social no Estado Constitucional brasileiro.
- · Direito de Nacionalidade
- Teoria Política. Democracia, Reforma Política, Direitos Políticos e Partidos Políticos
- A Organização Política do Estado. O Princípio Federativo e o Estado Federal. A matriz norte-americana. O Federalismo Brasileiro e a Repartição de Competências entre as Entidades da Federação.
- A Organização dos Poderes e o Poder Legislativo. Órgãos, organização e funcionamento. Atribuições exclusivas do CN e de suas casas legislativas. Prerrogativas parlamentares, impedimentos e perda do mandato.
- A Organização dos Poderes e o Poder Legislativo. O Processo Legislativo e as espécies legislativas.
- A Organização dos Poderes e o Poder Executivo. Sistemas de governo. Eleição, substituição e sucessão do Presidente da República. Atribuições e Crimes de Responsabilidade do Presidente da República. Auxiliares e Órgãos de Consulta do PR
- •A Organização dos Poderes e o Poder Judiciário. Órgãos, competências e garantias. O Estatuto da Magistratura.
- As Funções Essenciais à Justiça.
- Sistema Constitucional Tributário. Limitações Constitucionais ao poder de tributar: princípios e imunidades.
- Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.
- O Sistema Constitucional de Crises
- A proteção ao Meio Ambiente como desafio do Estado contemporâneo: abordagem sobre o sistema nacional de Meio Ambiente. Principais ações.



MÓDULO II - DIREITO ADMINISTRATIVO

- A Administração Pública: o Regime Jurídico Administrativo e os Princípios Constitucionais da Administracão Pública.
- As Relações Jurídico-Administrativas e os Poderes Administrativos.
- Atos Administrativos. Conceito, atributos, perfeição, validade, eficácia, elementos, classificação e extinção.
- A Organização Administrativa. A Administração Pública Direta e Indireta. Órgãos e Entidades Administrativas.
- Novos modelos de gestão administrativa: agências reguladoras, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público, parceria público-privada, contratos de gestão e Consórcios Públicos.
- Do Sistema Constitucional Previdenciário e o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
- · Licitação.
- · Contratos Administrativos.
- Serviços Públicos. Conceito, elementos constitutivos, princípios, classificação, formas de prestação e meios de execução, outorga e delegação.
- Servidores Públicos e o Regime jurídico-funcional e previdenciário.
- · Bens Públicos.
- Responsabilidade civil do Estado: evolução teórica, responsabilidade por ação e por omissão, responsabilidade por atos do Executivo, Legislativo e Judiciário.
- Responsabilidade Político-Administrativa dos Agentes Públicos e Improbidade
- Intervenção estatal na propriedade privada e a desapropriação.
- · Crimes contra a Administração Pública.
- Crimes contra a ordem tributária e contra a ordem econômica. Singularidades e perspectivas.
- Direito Orçamentário e Lei de Responsabilidade Fiscal.
- A Ordem Econômica no Estado Constitucional brasileiro: Princípios Gerais da Atividade Econômica e o Estado Empresário e Regulador da Economia.
- Tribunal de Contas e Controle da Administração Pública.



CALENDÁRIO

O calendário oficial do curso está disponível na página da pós-graduação. Se necessário, o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu da Faculdade Baiana de Direito poderá alterar o calendário original do curso.



INVESTIMENTO

Todos os valores podem ser consultados em nosso site. CLIQUE AQUI.



MAIS INFORMAÇÕES:

PósBaiana

Telefone: [71] 3205-7711/7715 | e-mail: pos@faculdadebaianadedireito.com.br